

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Barreiras não faltam

Ainda que a bancada evangélica aprove no plenário da Câmara o projeto que criminaliza mulheres e meninas estupradas que fizeram um aborto depois da 22ª semana de gravidez, o projeto não vai virar lei. No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) não pretende levar a proposta logo ao plenário. E se for aprovado nas duas Casas, Lula vetará.

Vai sobrar para eles

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm acompanhado essa discussão. A aposta é de que o assunto terminará voltando ao plenário da Suprema Corte.

Debate do eu sozinho

Da mesma forma que levou o tema do aborto para uma audiência pública, colocando uma contadora de histórias, o senador Eduardo Girão (Novo-CE) fez outro sobre vacinas, no passado, levando apenas médicos contrários à imunização contra a covid-19.

Corra antes que seja tarde

O gesto do presidente do PP, Ciro Nogueira (PI), de ir ao prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, em prol da reeleição, é para rechaçar movimentos que tentam levar o partido para a campanha do influencer Pablo Marçal.

A aposta deles

Nos partidos de centro, a aposta é de que a candidatura de Guilherme Boulos, do PSol, que lidera a corrida e tem apoio de Lula, perderá substância ao longo da campanha.



O estresse das contas

Com dificuldade de decidir onde cortar gastos, os ministros acabaram convencendo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o melhor é cortar os benefícios financeiros e creditícios do empresariado. Afinal, essa conta, avaliam alguns técnicos, está acima dos R\$ 150 bilhões. É aí que o governo pretende passar a tesoura, uma vez que os deputados e senadores não fazem o menor aceno de cortes na seara das emendas. Em vez disso, estão dispostos a amarrar R\$ 50 bilhões para suas bases eleitorais já na Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano.

» » »

Esse cenário, se confirmado, levará o empresariado a novos movimentos. Aliás, alguns deputados mais afinados com o setor produtivo pretendem sugerir a Rubens Ometto, da Cosan, que busque aliados para reclamar das “mordidas” do governo. Ao que tudo indica, elas vão continuar.

CURTIDAS

Haja conversa/ Lula escalou o ministro de Direitos Humanos, Sílvia Almeida, para conversar com os líderes evangélicos. E baixar o estresse criado com o projeto que trata do aborto de mulheres e meninas estupradas. Sílvia estará na próxima sexta-feira, em São Paulo, na Igreja Batista Água Branca, para o encontro “conversas pastorais”.

Cinderela/ Enquanto 2026 não chega, Michelle Bolsonaro trata de fortalecer sua marca. Em suas redes sociais, lançou uma coleção de sapatos, em couro legítimo de “alta qualidade”. Os scarpins da loja Lilian Soares, “by Michele Bolsonaro”, custam R\$ 399,00.

A hora das homenagens/ O ex-governador José Roberto Arruda está voltando às rodas de conversas em Brasília. Esta semana, reuniu vários empresários para comemorar os 80 anos do comandante da JCGontijo, José Celso Gontijo, num restaurante da cidade.



Por falar em homenagem.../ A diretora de Redação do Correio Braziliense, Ana Dubeux, recebe amanhã das mãos da deputada distrital (Cidadania) Paula Belmonte, autora da proposta, o título de cidadã honorária de Brasília, em solenidade na Câmara Legislativa. **Na foto acima,** tirada pelo jornalista Silvestre Gorgulho, a entrevista com o arquiteto Oscar Niemeyer, em maio de 2009, no escritório no Rio de Janeiro.

AMAZÔNIA / Ministro da Justiça Ricardo Lewandowski anuncia a aplicação de R\$ 318,5 milhões em equipamentos e tecnologia no combate às facções que atuam na região. Recursos sairão do fundo para a preservação do bioma, administrado pelo BNDES

Dinheiro para atacar o crime

» VICTOR CORREIA
» INGRID SOARES

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, anunciou, ontem, que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou R\$ 318,5 milhões para o combate ao crime organizado na Amazônia. Os recursos serão investidos na compra de equipamentos e tecnologias a fim de enfrentar o avanço de duas das maiores facções criminosas do país, que além de dominarem as rotas do tráfico de drogas, estão envolvidas também com a pesca e o desmatamento ilegais, com o contrabando de metais preciosos e estratégicos e com o biotráfico — de espécimes de plantas e animais, vendidos no mercado negro e que servem para o desenvolvimento de medicamentos e elementos de química fina. O dinheiro sairá do Fundo Amazônia, destinado a ações de preservação ao bioma e que tem como principais financiadores os

governos da Noruega e da Alemanha — com contribuições menores dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Dinamarca e da União Europeia. Segundo Lewandowski, o BNDES deverá destinar um total de R\$ 1,2 bilhão.

O ministro frisou que os recursos serão usados principalmente na compra de equipamentos. Parte do dinheiro também irá para o Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI), que deve ser aberto até o fim do ano. “Acabamos de receber um aporte financeiro de R\$ 318,5 milhões para aprofundarmos esse plano. Significa agora um entrosamento real dos nove estados que compõem a Amazônia Legal e, também, uma cooperação com os países que circundam a Amazônia”, explicou.

Um dos investimentos será para formar uma flotilha de lanchas blindadas, a fim de enfrentar o fogo pesado das facções criminosas. “Lanchas comuns não são suficientes para combater o crime organizado”, disse Lewandowski.

Esse R\$ 1,2 bilhão a ser aportado pelo BNDES será transferido em parcelas, conforme a disponibilidade financeira da instituição. Já o CCPI reunirá integrantes do Brasil e dos países vizinhos que têm a Amazônia em seu território — serão convidados a participar representantes de Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A ideia é aumentar a integração na troca de informações e realizar operações conjuntas.

Questionado sobre a fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na solenidade, que cobrou mais agilidade na aplicação de recursos, Lewandowski negou que se trate de pular etapas. “O que ele reclama, e com razão, é que a nossa legislação que estabelece regras para as licitações públicas é extremamente formal e burocrática. O que ele pede é que tenhamos atenção especial, para que mantenhamos o ritmo dessas licitações e apresentemos resultados no curto prazo”, afirmou Lewandowski.

Valter Campanato/Agência Brasil



Lewandowski e Lula no anúncio dos investimentos na segurança da Amazônia. Recursos podem chegar a R\$ 1,2 bi

SEGURANÇA



Nefo e Re eram os responsáveis pelo plano de sequestrar Moro

Dupla que planejava capturar Moro é morta

Três detentos assumiram a autoria dos assassinatos de Janeferon Aparecido Mariano Gomes, o Nefo, e Reginaldo Oliveira de Souza, o Re, assassinados a facadas, ontem, na Penitenciária Maurício Henrique Guimarães Pereira, a P2, em Presidente Venceslau (SP). Os dois mortos, de 48 anos, foram presos por suspeita de envolvimento no plano de atentado contra o ex-ministro da Justiça e hoje senador Sérgio Moro (União-PR). A motivação para o duplo homicídio está sendo investigada,

mas fontes das secretarias de Segurança do estado de São Paulo e da Administração Penitenciária consideram a hipótese mais viável para o crime um acerto de contas dentro do Primeiro Comando da Capital (PCC) — ao qual Nefo e Re eram ligados. Os crimes teriam sido encomendados pelo comando da organização criminosa por conta do fracasso do plano de resgate de Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, e dos atentados contra autoridades.

Os assassinos de Nefo e Re se entregaram à direção do presídio, foram isolados dos demais e vão responder pelos crimes. Uma fonte que teria testemunhado as mortes afirmou que os assassinatos aconteceram depois do almoço, durante o banho de sol. Nefo foi morto primeiro, no banheiro do presídio. Em seguida, Re foi esfaqueado no pátio da penitenciária. A dupla fazia parte da célula do PCC autodenominada Sintonia Restrita, que funciona como um centro de inteligência da facção.

Além do sequestro de Sérgio Moro, estavam na mira da facção criminosa o promotor Lincoln Gakiya — que há 20 anos investiga o PCC —, e outros agentes públicos. Eles eram réus na Operação Sequaz e foram presos em março do ano passado. Caso o sequestro de Moro, Gakiya e outras autoridades fosse bem sucedido, a ideia era trocar a libertação deles pela soltura de Marcola — chefe do PCC, preso há 24 anos e condenado há mais de 300 por homicídios, roubos, sequestros e tráfico de drogas.